

Equatorial
Transmissora 6
SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

A Administração da Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Financeiras, com as respectivas notas explicativas e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

1. Cenário

A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma *holding* com atuação em todos segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Janaúba 3 – Presidente Juscelino C2, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 330 quilômetros.

O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 16 municípios dos Estados de Minas Gerais: Janaúba, Francisco Sá, Montes Claros, Juramento, Glaucilândia, Guaraciama, Bocaiúva, Olhos d’Água, Engenheiro Navarro, Joaquim Felício, Buenópolis, Augusto de Lima, Santo Hipólito, Monjolos, Gouveia e Presidente Juscelino.

O investimento total estimado pela ANEEL é de R\$542 milhões (data-base: dez/19), e a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. totaliza uma RAP (Receita Anual de Permitida) de R\$ 116 milhões (data-base: dez/19), atualizado anualmente pelo IPCA.

A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. assinou contrato para construção e montagem das linhas de transmissão com a Andrade Gutierrez Engenharia.

Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal da SUDENE aprovado através do Ato nº 321/2018 da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

2. Andamento do Projeto

A obra da SPE 6 foi iniciada em junho de 2019. O avanço físico atualizado é de 14%. A obra está ocorrendo conforme o cronograma de implantação planejado e deve ser concluída no final de 2020.

A negociação fundiária está na fase final, com percentual de avanço de 98% e deve ser concluída no 1º trimestre de 2020. Os programas ambientais estão em andamento conforme planejado com o IBAMA. Nossa expectativa é receber a LO (Licença Operação) no segundo semestre de 2020.

* * *

Conselho de administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de relação com investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA



KPMG Auditores Independentes
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi

submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 08 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE


Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3


Hildebrando de Oliveira Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)	Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		146	769	6	Fornecedores	10	29.663	11.418	1.990
Investimentos de curto prazo	6	54.602	2.842	3.367	Impostos e contribuições a recolher	12	1.408	825	329
Impostos a e contribuições a recuperar		7	7	-	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	13	22	6	18
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		493	71	9	Outros passivos		627	3.775	45
Adiantamentos a fornecedores	9	54.188	-	-	Total do passivo circulante		31.720	16.024	2.382
Ativos de contrato	7	33.086	-	-					
Outros ativos		36	415	76					
Total do ativo circulante		142.558	4.104	3.458	Não circulante				
Não circulante					Empréstimos e financiamentos	11	226.284	-	-
Depósitos judiciais	8	3.404	2.720	-	PIS e COFINS diferidos	14	46.025	9.359	1.944
Ativos de contrato	7	464.483	101.174	21.174	Imposto de renda e contribuições social diferidos	13.2	71.124	13.646	2.579
Outros ativos		181	218	294	Outros passivos		1.651	-	-
Adiantamentos a fornecedores	9	-	9.265	4.960	Total do passivo não circulante		345.084	23.005	4.523
Intangível		1.491	1.546	1.633					
Total do ativo não circulante		469.559	114.923	28.061	Patrimônio líquido	17			
					Capital social		104.770	53.364	19.635
					Reserva de lucros		130.543	26.634	4.979
Total do ativo		612.117	119.027	31.519	Total do patrimônio líquido		235.313	79.998	24.614
					Total do passivo e patrimônio líquido		612.117	119.027	31.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Receita operacional líquida	18	359.729	72.600
Custo dos serviços prestados	19	<u>(192.803)</u>	<u>(39.817)</u>
Lucro bruto		<u>166.926</u>	<u>32.783</u>
Despesas financeiras		<u>(5.539)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(5.539)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>161.387</u>	<u>32.783</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13.2	-	(45)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13.2	<u>(57.478)</u>	<u>(11.083)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>103.909</u>	<u>21.655</u>
Lucro líquido do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações - R\$		<u>0,9788</u>	<u>0,2040</u>
Média ponderada de ações no cálculo do lucro por ação		<u>106.165</u>	<u>106.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	103.909	21.655
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>103.909</u>	<u>21.655</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucro</u>				<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros a realizar</u>	<u>Lucros acumulados</u>	
Saldo em 1º de janeiro de 2018, como previamente divulgado	19.635	2	31	-	19.668
CPC 47 / IFRS 15, líquido e impostos (Nota 5)	-	247	4.699	-	4.946
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2018	<u>19.635</u>	<u>249</u>	<u>4.730</u>	<u>-</u>	<u>24.614</u>
Integralização de capital	33.729	-	-	-	33.729
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	21.655	21.655
Constituição de reserva legal	-	1.083	-	(1.083)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	20.572	(20.572)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	<u>53.364</u>	<u>1.332</u>	<u>25.302</u>	<u>-</u>	<u>79.998</u>
Integralização de capital (Nota 17)	51.406	-	-	-	51.406
Lucro líquido do exercício	-	-	-	103.909	103.909
Constituição de reserva legal (Nota 17)	-	5.195	-	(5.195)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar (Nota 17)	-	-	98.714	(98.714)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>104.770</u>	<u>6.527</u>	<u>124.016</u>	<u>-</u>	<u>235.313</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		<u>(Reapresentado)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	103.909	21.655
Ajuste para:		
Amortização do intangível	55	87
Margem da receita de construção	(179.719)	(32.560)
Remuneração de ativos contratuais	(23.928)	(7.710)
PIS e COFINS diferidos	36.666	7.400
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	-	45
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	57.478	11.083
	<u>(5.539)</u>	<u>-</u>
(Aumento) / Diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de contrato	(169.311)	(39.731)
Impostos e contribuições a recuperar	-	(62)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(422)	(7)
Depósitos judiciais	(684)	(2.720)
Adiantamentos a fornecedores	(48.085)	-
Outros ativos	416	(263)
Aumento / (Diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	-	4.999
Impostos e contribuições a recolher	583	496
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	16	(56)
Outros passivos	(1.497)	3.854
Caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>(224.523)</u>	<u>(33.490)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(224.523)</u>	<u>(33.491)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações e resgates de investimentos de curto prazo	<u>(49.689)</u>	<u>525</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(49.689)</u>	<u>525</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	222.183	-
Valor recebido para aumento de capital social	51.406	33.729
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>273.589</u>	<u>33.729</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(623)</u>	<u>763</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	769	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>146</u>	<u>769</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(623)</u>	<u>763</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		(Reapresentado)
Receitas		
Receita de construção	350.709	72.290
Receitas de remuneração de ativo de contrato	23.928	7.710
Ativo de contrato - Ganho de realização	<u>21.758</u>	<u>-</u>
	396.395	80.000
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	<u>(192.748)</u>	<u>(39.730)</u>
Valor adicionado bruto	203.647	40.270
Amortização	<u>(55)</u>	<u>(87)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>203.592</u>	<u>40.183</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>203.592</u>	<u>40.183</u>
Distribuição do valor adicionado		
Tributos		
Federais	<u>94.144</u>	<u>18.528</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Outras despesas financeiras	<u>5.539</u>	<u>-</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido do exercício	<u>103.909</u>	<u>21.655</u>
Valor adicionado	<u>203.592</u>	<u>40.183</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão Janaúba 3 – Presidente Juscelino C2, em 500 kV, com extensão aproximada de 330 quilômetros.

2 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2017-ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 9 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

O compromisso assumido no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mencionado acima, prevê o início da operação comercial até 9 de fevereiro de 2022.

A partir de sua entrada em operação, a Companhia terá Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 106.179 (sem efeito do PIS/COFINS, que serão acrescidos posteriormente), sendo esta reajustada, anualmente, em períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Administração segue analisando alternativas que permitam à Companhia apresentar uma estrutura de capital equilibrada, visando o pleno atendimento do seu plano de negócios de longo prazo. Essas alternativas consideram, entre outras, suporte financeiro dos acionistas seja em forma de aporte de capital ou empréstimos, entrada em operação das linhas de transmissão conforme compromisso assumido no Contrato de Concessão. Dessa forma, a Administração considera que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e que os acionistas têm capacidade financeira de aportar os recursos necessários.

2.1 Benefícios fiscais

A Companhia obteve habilitação ao REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007), que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 61, de 01 de agosto de 2017.

Adicionalmente, a Companhia obteve junto à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) o direito a Redução de 75% do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), por meio da Resolução 367/2018, cuja fruição do benefício está condicionada à entrada e operação das

Linhas de Transmissão e Subestações, e apresentação a SUDENE dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção de Laudo Constitutivo.

2.2 Licenças ambientais

Licença Ambiental

Atualmente a Companhia conta com a Licença de Instalação nº 1254/2018, que autoriza a implantação da linha de transmissão de 500kv Janaúba 3 – Presidente Juscelino C2. Essa licença tem validade de quatro anos, a partir da data de sua assinatura em dezembro de 2018.

Supressão de vegetação

Toda e qualquer retirada de vegetação nativa está condicionada à obtenção de autorização dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente. A autorização nº 1340/2018 concedida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, autoriza a supressão de vegetação de área correspondente a 474,29 hectares para implantação das linhas de transmissões (LT) 500kV Igaporã III – Presidente Juscelino, a ser instalada nos estados de Minas Gerais e Bahia.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e também Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 08 de junho de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativa

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos,

passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas nº 7 – Ativos de contrato e nº 18 (Receita operacional líquida) – A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A taxa aplicada ao ativo contratual é a estabelecida no início do projeto e representa a estimativa da Companhia para a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Ao prestar os serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura considerando os custos, encargos e margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto.

- **Nota explicativa nº 20 (Instrumentos financeiros)** - definição do valor justo por meio de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.
- **Nota explicativa nº 13.2 Imposto de renda e contribuições sociais diferidos** - O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao diretor financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas

CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 - instrumentos financeiros.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

4.1 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas financeiras de captação, juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Destaca-se que a Companhia está em fase de construção do empreendimento e, portanto, as receitas e despesas financeiras são contabilizadas no custo de construção.

4.2 Ativos de Contrato - Receita de Contratos com Clientes

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 /IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão. Este fluxo de recebimentos é remunerado com base em componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto (taxa de desconto regulatória – 10,02% a.a.) e, atualizado por componente de inflação de projeções futuras baseadas no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas ao atendimento do serviço de construção do empreendimento.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um recebível sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes)- instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes) -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações Subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.
- Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, A Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

<i>Ativos financeiros a VJR</i>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<i>Ativos financeiros a custo amortizado</i>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<i>Instrumentos de dívida a VJORA</i>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas

Instrumentos patrimoniais
a VJORA

cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 (R1)/ IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamental. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo. Para maiores detalhes sobre subvenções governamentais aplicáveis a Companhia vide nota explicativa nº 2.1.

4.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações financeiras, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia informa que no período em questão não houve perdas por redução ao valor recuperável.

4.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos

impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A Companhia deve compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se:

- Possuir o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Houver a pretensão de liquidação em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.7 PIS e COFINS diferidos

O empreendimento está em fase de construção, e devido a isso as únicas receitas são a de construção e a de remuneração do ativo de contratos, incidindo sobre essas a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) diferidos, com a alíquota de 9,25%. A liquidação destas obrigações ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em

todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

4.9 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas voluntariamente como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, pois é aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4.10 Reconhecimento da receita

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Receita de construção

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas aplicando-se a margem projetada, prevista no início do contrato, sobre os gastos incorridos e calculadas acrescendo as alíquotas de PIS e COFINS.

(b) Remuneração do ativo de contrato de concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre o ativo contratual, registra-se uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de juros definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente ao final da concessão.

(c) Receita de operação e manutenção (O&M)

É decorrente dos custos incorridos e necessários para o cumprimento obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão (acrescidos da margem projetada), cujo reconhecimento das receitas ocorre após o término da fase de construção.

4.11 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que

os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei n°. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Em virtude da Companhia se encontrar em fase de construção do empreendimento em 2019 e 2018, a sua parcela de lucros ainda não foi realizada financeiramente (ou seja, é apenas uma receita projetada). Sendo assim, apesar do seu lucro contábil a Companhia não registrou dividendos a pagar no exercício, conforme previsto nos Art. 197 e Art. 199. da Lei 6.404/76 que dispõe sobre as Sociedades por Ações.

4.12 Principais mudanças nas políticas contábeis

Uma série de novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, conforme descritas abaixo:

CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03/IFRIC 4 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

No início de um contrato, a Companhia avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor (ativos com valor inferior à US\$ 5 mil), e/ou (ii) são arrendamentos de curto prazo (com prazo inferior à 12 meses), incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Avaliação da administração

Com base na avaliação da Administração, no estudo da aplicabilidade e nos critérios da norma estabelecida, em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia chegou à conclusão de que os impactos foram imateriais, fazendo com que não haja nenhum ajuste nesta demonstração financeira.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, mensurando e reavaliando aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos face a incerteza do seu tratamento tributário. A análise se estendeu aos processos tributários administrativos e judiciais que poderiam incorrer em alteração na apuração dos referidos tributos. Após as análises concluiu que não possui procedimentos tributários incertos, não havendo ajustes relacionado ao ICPC 22/IFRIC 23 em sua demonstração financeira.

4.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

5 Reapresentação de saldos comparativos

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adequou alguns parâmetros da modelagem contábil inicialmente adotada nos seus projetos para refletir as melhores práticas de mercado de empresas do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, em linha com os entendimentos mantidos pelo regulador em discussões com a participação de representantes da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), ao preparar as demonstrações financeiras de 2019. Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 1º de janeiro de 2018 e as demais demonstrações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

(i) Balanço patrimonial

Balancos patrimoniais em 01 de janeiro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Impactos na mudança de política contábil		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Outros	3.458	-	3.458
Total do ativo circulante	3.458	-	3.458
Ativo financeiro (a)	12.918	(12.918)	-

Balancos patrimoniais em 01 de janeiro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Impactos na mudança de política contábil		
	<u>-</u>	<u>21.174</u>	<u>21.174</u>
Ativo de contrato (a)	-	21.174	21.174
Outros	<u>6.887</u>	<u>-</u>	<u>6.887</u>
Total do ativo não circulante	<u>19.805</u>	<u>8.256</u>	<u>28.061</u>
Total do ativo	<u>23.263</u>	<u>8.256</u>	<u>31.519</u>
Passivo	<u>Anteriormente apresentado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Circulante			
Outros	<u>2.382</u>	<u>-</u>	<u>2.382</u>
Total do passivo circulante	<u>2.382</u>	<u>-</u>	<u>2.382</u>
Não Circulante			
PIS e COFINS diferidos (a)	<u>1.181</u>	<u>763</u>	<u>1.944</u>
Imposto de renda e contribuições social diferidos (a)	<u>32</u>	<u>2.547</u>	<u>2.579</u>
Total do passivo não circulante	<u>1.213</u>	<u>3.310</u>	<u>4.523</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	<u>19.635</u>	<u>-</u>	<u>19.635</u>
Reserva de lucros (a)	<u>33</u>	<u>4.946</u>	<u>4.979</u>
Total do patrimônio líquido	<u>19.668</u>	<u>4.946</u>	<u>24.614</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>23.263</u>	<u>8.256</u>	<u>31.519</u>

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Impactos na mudança de política contábil		
	<u>Anteriormente apresentado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Ativo			
Circulante			
Outros	<u>4.104</u>	<u>-</u>	<u>4.104</u>
Total do ativo circulante	<u>4.104</u>	<u>-</u>	<u>4.104</u>
Não circulante			
Ativo de contrato (a)	<u>95.751</u>	<u>5.423</u>	<u>101.174</u>
Outros	<u>13.749</u>	<u>-</u>	<u>13.749</u>
Total do ativo não circulante	<u>109.500</u>	<u>5.423</u>	<u>114.923</u>
Total do ativo	<u>113.604</u>	<u>5.423</u>	<u>119.027</u>
Passivo	<u>Anteriormente apresentado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Circulante			
Outros	<u>16.024</u>	<u>-</u>	<u>16.024</u>
Total do passivo circulante	<u>16.024</u>	<u>-</u>	<u>16.024</u>
Não Circulante			
PIS e COFINS diferidos (a)	<u>11.973</u>	<u>(2.614)</u>	<u>9.359</u>
Imposto de renda e contribuições social diferidos (a)	<u>8.857</u>	<u>4.789</u>	<u>13.646</u>

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Impactos na mudança de política contábil		
	<u>Anteriormente apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Total do passivo não circulante	20.830	2.175	23.005
Patrimônio líquido			
Capital social	53.364	-	53.364
Reserva de lucros (a)	23.386	3.248	26.634
Total do patrimônio líquido	76.750	3.248	79.998
Total do passivo e patrimônio líquido	113.604	5.423	119.027

(ii) Demonstrações do resultado e resultado abrangente

	Impactos na mudança de política contábil		
	<u>Anteriormente apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Receita líquida (a)	68.267	4.333	72.600
Custo dos serviços prestados	(39.817)	-	(39.817)
Lucro bruto	28.450	4.333	32.783
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.450	4.333	32.783
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(45)	-	(45)
Imposto de renda e contribuição social – diferido (a)	(9.610)	(1.473)	(11.083)
Lucro líquido do período	18.795	2.860	21.655
Total do resultado abrangente	18.795	2.860	21.655

(iii) Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Impactos na mudança de política contábil		
	<u>Anteriormente apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	419.797	-	419.797
Capital social	53.364	-	53.364
Reserva legal (a)	942	390	1.332
Reserva de lucros a realizar (a)	22.445	2.857	25.302
Saldos em 31 de dezembro de 2018	76.751	3.247	79.998

(iv) Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Impactos na mudança de política contábil		
	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do período (a)	18.795	2.860	21.655
Ajustes do lucro			
Margem de construção (a)	-	(32.560)	(32.560)
Remuneração de ativos contratuais (a)	(5.048)	(2.662)	(7.710)
PIS e COFINS diferidos (a)	10.792	(3.392)	7.400
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	8.825	2.258	11.083
Outros ajustes ao lucro	132	-	132
Variações nos ativos/passivos			

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Impactos na mudança de política contábil		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Ativo de contrato	(73.227)	33.496	(39.731)
Demais contas	6.240	-	6.240
Caixa oriundo das atividades operacionais	(33.491)	-	(33.491)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	525	-	525
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	33.729	-	33.729
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	763	-	763

(v) Demonstração do valor adicionado

	Impactos na mudança de política contábil		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receitas (a)	75.225	4.775	80.000
Insumos adquiridos de terceiros	(39.730)	-	(39.730)
Amortização	(87)	-	(87)
Valor adicionado líquido produzido	35.408	4.775	40.183
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	35.408	4.775	40.183
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições (a)	16.613	1.915	18.528
Remuneração de capitais de próprios (a)	18.795	2.860	21.655
Valor adicionado distribuído	35.408	4.775	40.183

- (a) Efeitos da adequação de parâmetros da modelagem contábil inicialmente adotada, quando da introdução do modelo contábil da IFRS 15 / CPC 47 Receita de contrato com cliente, nos seus projetos para refletir as melhores práticas de mercado de empresas do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil.

6 Investimento de curto prazo

	2019	2018
Aplicação direta (CDB)	668	3.680
Fundo de Investimento (Exclusivo)		
Operações compromissadas	24.530	-
Cotas de fundos de investimento	17.060	-
Títulos públicos	12.345	-
Contas a pagar/receber	(1)	(838)
Total dos fundos de investimento	53.934	-
Investimento de curto prazo (a)	54.602	2.842

- (a) O aumento dessa rubrica, se deve ao recebimento de captação contratada (empréstimos e financiamentos).

Os Fundos de Investimentos, que representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos, conforme demonstrado

acima, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco de acordo com a política de investimento da Companhia.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 equivale a 98,52% a.a.(em 31 de dezembro de 2018 equivale a 68,01% a.a.)

7 Ativos de contrato

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho de construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), remuneração recebida a partir do início da operação de transmissão até o final do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo, e por isso, são classificadas como um “Ativo de contrato”

O ativo de contrato está constituído, conforme a seguir demonstrado:

Saldo do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2017 (transferência) (i)	12.918
Atualização da taxa de desconto (ativo de contrato versus ativo financeiro) (a)	(57)
Alocação de margem na receita de construção (b)	<u>8.313</u>
Adoção do CPC 47 / IFRS 15 (Impacto no patrimônio líquido) (ii)	8.256
Saldo em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado) (i) + (ii)	<u>21.174</u>
Atualização ativo de contrato	7.710
Receita de construção	<u>72.290</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	<u>101.174</u>
Atualização ativo de contrato	23.928
Receita de construção	<u>372.467</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>497.569</u>
Circulante (c)	33.086
Não circulante	464.483

- (a) Conforme determina o parágrafo nº 64 do CPC 47/IFRS 15, esse valor representa o impacto pela alteração da taxa de desconto variável utilizada no modelo do ativo financeiro por uma taxa fixa no modelo de ativo de contrato.

- (b) Também na adequação do CPC 47/IFRS 15, o modelo de cálculo do ativo contratual prevê que a receita de construção seja registrada acrescida de margem, fazendo com que essa receita fique maior do que a apresentada no modelo do ativo financeiro.
- (c) A Companhia possui compromisso junto ao Poder Concedente, conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, que prevê o início da operação comercial até 9 de fevereiro de 2022, apesar do prazo legal definido no contrato, a Companhia está com o progresso físico das obras de construção dos empreendimentos avançado quando comparado com o cronograma inicial definido, a estima da Companhia é que durante o exercício de 2020 concluirá e entregará os empreendimentos ao Poder Concedente, motivo o qual a Companhia classificou parcela a qual estima realizar no exercício de 2020 como ativo de contrato no ativo circulante.

8 Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$ 3.404 (R\$ 2.720 em 31 de dezembro de 2018) refere a depósitos judiciais cíveis decorrentes de processos ativos de servidões em nome da Companhia.

9 Adiantamentos a fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Adiantamento a fornecedores – Material	44.958	-
Adiantamento a fornecedores – Serviço	<u>9.230</u>	<u>-</u>
Total (a)	<u>54.188</u>	<u>-</u>
Não circulante		
Adiantamento a fornecedores – Material	-	8.109
Adiantamento a fornecedores – Serviço	<u>-</u>	<u>1.156</u>
Total	<u>-</u>	<u>9.265</u>

- (a) Apesar do prazo legal para a entrada em operação comercial ser até 9 de fevereiro de 2022, a Companhia está com o cronograma de obras bem adiantado estima que ainda no exercício de 2020 terá finalizada a mesma, motivo esse, que classificamos tais adiantamentos no curto prazo.

Os saldos apresentados acima, referem-se aos adiantamentos a fornecedores relativos às compras de materiais, equipamentos e serviços contratados para construção de instalações de transmissão, materiais e serviços. Os adiantamentos são baixados a medida em que as notas fiscais são emitidas, ou seja, no momento em que o material é recebido na obra ou da execução do serviço.

10 Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Materiais	9.735	-
Serviços	16.278	11.294
Materiais com serviços (a)	3.483	-
Cauções	<u>167</u>	<u>124</u>
Total	<u><u>29.663</u></u>	<u><u>11.418</u></u>

(a) Referem-se aos fornecedores que incluem tanto materiais quanto serviços

Os saldos apresentados acima, referem-se a materiais, equipamentos e serviços contratados para construção de instalações de transmissão. Em 31 de dezembro 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 27 dias.

11 Empréstimos e financiamentos

<u>Moeda nacional</u>	<u>Custo médio da dívida (%a.a.)</u>	<u>Garantia</u>	<u>2019</u>		
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	8,36%	Aval + Aplicações + Penhor de Ações	<u>-</u>	<u>227.601</u>	<u>227.601</u>
(-) Custo de captação			<u>-</u>	<u>(1.317)</u>	<u>(1.317)</u>
Total			<u><u>-</u></u>	<u><u>226.284</u></u>	<u><u>226.284</u></u>

Em 31 de dezembro de 2019, os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 8,36% a.a., equivalente a 139,8% do CDI.

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento e operacional:

	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Ingressos (a)	-	223.500	223.500
Encargos	-	2.880	2.880
Variação monetária e cambial	-	1.221	1.221
Custo de captação	<u>-</u>	<u>(1.317)</u>	<u>(1.317)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>-</u></u>	<u><u>226.284</u></u>	<u><u>226.284</u></u>

(a) Em 02 de abril de 2019, foi celebrado contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de R\$ 419.082, destinado a realização de investimentos em projeto da linha de transmissão. Em 15 de maio de 2019, ocorreu a primeira liberação no montante de R\$ 223.500, com custo de IPCA + 4,9% a.a. e custo efetivo da operação de 8,42% a.a. e vencimento final em 15 de dezembro de 2042.

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2019 as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2019	
	Valor	%
2022	3.583	2%
2023	8.729	4%
2024	8.919	4%
Após 2024	<u>206.370</u>	<u>91%</u>
Subtotal	<u>227.601</u>	<u>101%</u>
Custo de captação (Não circulante)	<u>(1.317)</u>	<u>-1%</u>
Não circulante	<u>226.284</u>	<u>100%</u>
Total	<u><u>226.284</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras (real e fidejussórias para mais detalhes, vide nota explicativa nº 15 – Partes relacionadas) e *covenants* (apresentado pelo seu avalista e controlador final, Equatorial Energia S.A.) cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período de 31 de dezembro de 2019, a Equatorial Energia S.A. manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

12 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ICMS	670	-
PIS/COFINS	16	-
INSS sobre serviços	-	1
ISS	722	823
Outros impostos a recolher	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u><u>1.408</u></u>	<u><u>825</u></u>

13 Imposto de renda e contribuição social

13.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está demonstrada conforme a seguir:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	(Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	161.387	161.387	32.783	32.783
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (a)	40.347	14.525	8.196	2.950
Adições:				
Adições decorrentes do custo de construção - CPC 47/IFRS 15	48.187	17.347	10.001	3.600
Outras adições	507	183	-	-
Total das adições (b)	48.694	17.530	10.001	3.600
Exclusões:				
Exclusões decorrentes do reconhecimento do ativo contratual CPC 47/IFRS 15	(89.932)	(32.376)	(18.150)	(6.534)
Outras exclusões	(1.025)	(369)	(18)	-
Total das exclusões (c)	(90.957)	(32.745)	(18.168)	(6.534)
Prejuízo Fiscal e Base Negativa (a) + (b) + (c)	(1.917)	(690)	-	-
Despesa com IRPJ e CSLL corrente no exercício	-	-	(29)	(16)

13.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31/12/2019
Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	13.601	66.224	79.825
Receita de Construção– CPC 47/IFRS 15	(27.247)	(123.702)	(150.949)
Total	(13.646)	(57.478)	(71.124)

14 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2019	2018
Base da receita		
Receita de construção no período	350.709	72.290
Receita de remuneração do ativo de contratos no período	23.928	7.710
Ganho / perda na realização do Ativo de contrato	21.758	-
	396.395	80.000
PIS / COFINS sobre a receita de construção/ativo de contrato no período (9,25%)	36.666	7.400
Saldo no início do exercício	9.359	1.181
Efeitos da reapresentação (nota 5)	-	778
Saldo no final do exercício	46.025	9.359

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme CPC 05 (R1) /IAS 24 - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui os seguintes saldo com partes relacionadas:

	2019		2018	
	Passivo	Efeito no Resultado	Passivo	Efeito no Resultado
Outros passivos (a)				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A	(55)	9	(64)	64
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A	(28)	6	(34)	34
Equatorial Transmissão S.A.	(478)	1.303	(1.781)	1.781
Total	(561)	1.318	(1.879)	1.879

- (a) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018–SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidadas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui seis (6) membros na Diretoria Executiva. A remuneração dos administradores da Companhia é realizada pela sua controladora (Equatorial Transmissão S.A.).

Garantias

A Equatorial Energia S.A., parte relacionada da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2019
BNDES - Subcrédito A	209.541	100	15/05/2019	15/12/2042	104.538	113.738
BNDES - Subcrédito B	209.541	100	15/05/2019	15/12/2042	104.538	113.863
	419.082	-	-	-	209.076	227.601

16 Provisão para ações judiciais

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta

alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificada com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia tem processos judiciais cíveis de natureza ativa, decorrentes de processos de indenizações por servidões, são movidos processos de constituição da servidão administrativa de energia elétrica se inicia com a expedição do decreto do Poder Executivo reconhecendo a conveniência da servidão e declarando de utilidade pública sobre as áreas destinadas e/ou no curso da passagem das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, sendo a Companhia responsável pelo pagamento de verba indenizatória equivalente a área afetada, conforme decisão judicial quando não acordo entre as partes. As verbas indenizatórias são depositadas em juízo até a conclusão dos processos (vide nota explicativa nº 8). Considerando que tais custos são inerentes ao custo da obra, os mesmos compõem o custo total de construção da infraestrutura (nota explicativa nº 7).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há processos judiciais passivos (trabalhistas, cíveis ou ambientais) em nome da Companhia.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do despacho nº 3.592, de 26 de outubro de 2017, anuiu a transferência de controle acionário direto da Companhia, que aprovou a conferência da totalidade das ações da Companhia para Equatorial Transmissão S.A. Dessa forma, em 1 de fevereiro de 2018, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Equatorial Transmissão S.A. (Em 31 de dezembro de 2017, controlada integralmente pela Equatorial Energia S.A.).

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 106.165, e totalmente integralizado é de R\$ 104.770 (Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 106.165, e totalmente integralizado é de R\$ 53.364).

Em 2019 houve aumento de capital no valor de R\$ 51.406 (em 2018, R\$ 33.729) mediante utilização depósito em conta corrente da Companhia conforme demonstrado abaixo:

Depósito em conta corrente da Companhia	Valor
Janeiro/2019	1.500
Fevereiro/2019	1.851
Março/2019	4.000
Abril/2019	43.618
Mai/2019	437
Total integralizado	<u>51.406</u>

17.2 Reserva de lucros (reapresentado)

a. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo reserva legal é de R\$ 6.527 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 1.332).

b. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Essas reservas serão utilizadas para distribuir dividendos quando a Companhia entrar em operação, ou seja, iniciar o recebimento da receita anual permitida (RAP). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 124.016 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 25.302).

c. Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2019	2018
Numerador		
Lucro líquido do exercício	103.909	21.655
Denominador		
Média ponderada de ações no cálculo do lucro por ação	106.165	106.165
Lucro líquido do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações - R\$	0,9788	0,2040

18 Receita operacional líquida

	2019	2018 (Reapresentado)
Receita de construção (a)	350.709	72.290
Remuneração de ativos de contratos (b)	23.928	7.710
Ativo de contrato - Ganho de realização (c)	21.758	-
Receita operacional	396.395	80.000
PIS/COFINS diferidos	(36.666)	(7.400)
Receita operacional líquida	359.729	72.600

- (a) O aumento da receita de construção é reflexo do andamento da obra que ao final do exercício de 2019 atingiu cerca de 14% do avanço físico da obra (fundações, montagens e lançamento de cabos) e 48% do total da construção do empreendimento, levando em consideração projeto básico, executivo, suprimentos e obras. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a margem utilizada foi de 45,04%.
- (b) Remuneração financeira proveniente da atualização do ativo de contrato, que teve variação superior ao ano anterior devido ao aumento no ativo de contrato.
- (c) São as variações positivas ou negativas na receita de construção e/ou receita de operação, entre a base orçada versus a base real. A Companhia gerou um ganho, pois foi eficiente no exercício.

19 Custos por natureza

	2019	2018
Custo de construção (a)		
Pessoal	(1.883)	(1.498)
Material	(58.058)	(31)
Serviço de terceiros	(130.908)	(33.900)
Outros custos	(1.899)	(4.301)
Total do custo de construção	(192.748)	(39.730)
Amortização do ativo intangível	(55)	(87)
Total dos custos por natureza	(192.803)	(39.817)

- (a) O custo de construção são todos os custos e despesas da Companhia para a implementação da infraestrutura. O aumento do investimento no empreendimento, refletiu diretamente no custo de construção, sendo esse o motivo da variação entre os períodos.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, cujo controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

20.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

		2019		2018	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	146	146	769	769
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado	54.602	54.602	2.842	2.842
Total do ativo		54.748	54.748	3.611	3.611
		2019		2018	
Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	Custo amortizado	29.663	29.663	11.418	11.418
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	226.284	226.284	-	-
Total do passivo		255.947	255.947	11.418	11.418

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.
- **Investimentos de curto prazo** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo; são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados;

20.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

(i) Risco de crédito

A atividade de transmissão é não competitiva. Não existe competição entre empresas (existe entre investidores, para obtenção da concessão).

O preço é regulado (tarifa) é denominado receita anual permitida (RAP). A Companhia não pode negociar preços com usuários. A receita RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano em períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores

(que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 11 (Empréstimos e financiamentos).

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras.

	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	226.284	305.464	-	-	52.454	253.010
Fornecedores	29.663	29.663	29.496	167	-	-
	<u>255.947</u>	<u>335.127</u>	<u>29.496</u>	<u>167</u>	<u>52.454</u>	<u>253.010</u>

(iii) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir, demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários. A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa associado à taxa de juros							
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV - 25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Investimento de curto prazo	CDI	54.602	57.043	57.655	58.266	56.431	55.825
Impacto no resultado				612	1.223	(612)	(1.218)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(227.601)	(238.071)	(240.688)	(243.306)	(235.454)	(232.836)
				(2.617)	(5.235)	2.617	5.235
Efeito líquido no resultado			-	(2.006)	(4.012)	2.006	4.017
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2019	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		4,47%	5,98%	5,59%	6,71%	3,35%	2,24%
IPCA (% 12 meses)		4,60%	4,31%	5,75%	6,89%	3,45%	2,30%

Fonte: B3

(iv) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida – RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

(v) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do

regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

(vi) Riscos ambientais

A política nacional do meio ambiente determina que o funcionamento regular das atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais (nota explicativa nº 2.2 – Licença ambiental) necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

20.4 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado, principalmente, no acompanhamento dos indicadores financeiros abaixo, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida/ EBITIDA
- Dívida líquida/ (dívida líquida + patrimônio líquido)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

21 Transações sem efeito caixa - Demonstrações dos fluxos de caixa

O CPC 03 (R2)/IAS 07 – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Rendimento de aplicação financeira	2.071
	<u>2.071</u>
Atividades de financiamento	
Encargos e variação monetária de empréstimos, financiamentos (a)	(4.101)
	<u>(4.101)</u>

Total (2.030)

- (a) Referem-se aos encargos dos empréstimos e financiamentos, realizados para subsidiar as construções da Companhia aos quais compõem os custos da construção.

22 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Risco	Vencimento das apólices	Importância segurada
Obrigações assumidas no Contrato de Concessão	06/11/2022	50.722

23 Eventos Subsequentes

(a) Impacto do surto do COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em março de 2020 foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Até o momento da divulgação da demonstração financeira, não foi observado nenhum impacto relevante e significativo capaz de alterar a mensuração dos ativos e passivos da Companhia para as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Ainda não é possível mensurar os eventuais futuros impactos financeiros e econômicos que o Covid-19 possa causar, contudo a Companhia continuará monitorando a evolução da situação e seus impactos e por ser uma empresa regulada tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

A Companhia tomou diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de home office e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Dentre os possíveis efeitos que ainda não podem ser mensurados citamos a possibilidade de: redução de faturamento, arrecadação e conseqüente impacto no fluxo de caixa operacional e de indicadores financeiros e operacionais. Adicionalmente, a redução abre espaço para a revisão do ritmo de obras para investimento, possibilitando uma desaceleração. Essas ocorrências caracterizam-se como caso fortuito/força maior e para mitigar tal efeito, com base no princípio jurídico fato do príncipe, a concessionária poderá acionar a ANEEL, seguindo o rito previsto em seu contrato de concessão para solicitar o reequilíbrio econômico e financeiro da concessão.

Vale lembrar que a presente situação não se restringe à Companhia, mas afeta todo o setor de energia elétrica. Situações similares já foram vivenciadas (racionamento de 2001 e 2002, e efeitos da MP nº 579/2012) no passado, e ensejaram a construção de soluções sistêmicas, que preservaram o equilíbrio econômico e financeiro do setor como um todo. Assim, além do

mecanismo individual de reequilíbrio, é natural que se tenha uma solução sistêmica, capitaneada pelo Governo Federal.

A Companhia trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

Na gestão de empréstimos, a Companhia possui empréstimo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar seu plano de investimentos de 2020.

(b) Contrato de compartilhamento

A Superintendente de fiscalização econômica e financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do despacho nº. 563 de 21 de fevereiro de 2020, anuiu previamente à celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura a ser firmado entre as partes relacionadas Equatorial Energia S.A., Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Para Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Transmissão S.A., Equatorial Transmissora 1 SPE S.A., Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., Equatorial Transmissora 3 SPE S.A., Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. e a Integração Transmissora de Energia S.A., nos termos da minuta de contrato analisada.

* * *

Conselho de administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de relação com investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA